



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 26 de
Setembro de 2014

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Proposta de recrutamento /Decisão de abertura de Procedimento Concursal a tempo determinado / 1 Assistente Operacional (Desporto)
- 2º. Ponto – Procedimento Concursal / Técnico Superior (Educador de Infância) – Prorrogação de prazo
- 3º. Ponto – Procedimento Concursal / 1 Assistente Operacional / Coveiro – Prorrogação de prazo
- 4º. Ponto – Procedimento Concursal / 4 Assistentes Operacionais / Motoristas – Prorrogação de prazo
- 5º. Ponto – Propostas de Acordos de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho
 - 5.1 – Junta de Freguesia de Santiago do Escoural
 - 5.2 – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira
 - 5.3 – Junta de Freguesia de S. Cristóvão
 - 5.4 – Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre
 - 5.5 – Junta de Freguesia de Ciborro
 - 5.6 – Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras
 - 5.7 - Junta de Freguesia de Cabrela
- 6º. Ponto – Propostas de Contratos Interadministrativos a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho
 - 6.1 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª. Sra. da Vila, N.ª. Sra. do Bispo e Silveiras
 - 6.2 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre
 - 6.3 - Junta de Freguesia de Santiago do Escoural
 - 6.4 - Junta de Freguesia de Ciborro
 - 6.5 – Junta de Freguesia de S. Cristóvão
 - 6.6 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira
 - 6.7 – Junta de Freguesia de Cabrela
- 7º. Ponto – Propostas de Protocolos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho

- 7.1 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de N^a. Sra. da Vila, N^a. Sra. do Bispo e Silveiras – Transportes Escolares
- 7.2 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Transportes Escolares
- 7.3 - Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Transportes Escolares
- 7.4 - Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Transportes Escolares
- 7.5 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Transportes Escolares
- 7.6 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Refeitório Escolar
- 7.7 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Refeitório Escolar
- 7.8 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de N^a. Sra. da Vila, N^a. Sra. do Bispo e Silveiras – Refeitório Escolar
- 7.9 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de N^a. Sra. da Vila, N^a. Sra. do Bispo e Silveiras – Lanches Escolares
- 7.10 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Funcionamento de Jardim de Infância e Refeitório Escolar/Agosto de 2013 a Maio de 2014
- 7.11 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Funcionamento de Jardim de Infância e Refeitório Escolar/a partir de Outubro de 2014
- 7.12 - Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Lanches Escolares
- 8^o. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural/Feira Franca
- 9^o. Ponto – Alteração à Organização de Serviços Municipais/Proposta de Estrutura Orgânica e do Número máximo de Unidades Flexíveis
- 10^o - Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1^o. Semestre de 2014/Município de Montemor-o-Novo
- 11^o - Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos da sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os presentes na sala.

De seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Celeste de Jesus General Leirias, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Manuel António Coelho, Maria Helena Coelho Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Sandra Cristina Esperança Matias, Silvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina S. dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes desta sessão os Srs. Dário Miguel Tregreira Coelho e o Sr. Rui Fernando Benavente Páscoa, tendo ambos apresentado as respetivas justificações.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Dr^a. Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Assembleia para colocar a votação a proposta de ata da sessão realizada a vinte e sete de Junho de dois mil e catorze, uma vez que não houve propostas de alteração, foi a mesma aprovada por maioria com uma abstenção.

De seguida deu-se início ao período antes da ordem do dia, tendo pedido para intervir o eleito Sr. Carlos Zorrinho informando que os eleitos do PS pretendem apresentar uma moção referente à “Exploração mineira da Boa-Fé” e que se estende até ao nosso concelho, mais concretamente à zona de Santiago do Escoural, a qual se transcreve de seguida:

“Apesar da autarquia não ser a entidade licenciadora, deve pronunciar-se sobre a possibilidade de implementação de um projeto de envergadura e impacto como aquela que poderá vir a ter a “Exploração Mineira da Boa-Fé”, caso se concretize.

Estando em presença um território e conjunto patrimonial de elevado valor ambiental e um tecido social em despovoamento, com elevados níveis de desemprego, importa avaliar o balanço dos custos/benefícios da implementação do projeto.

Deste, conhece-se a informação disponibilizada e/ou recolhida e ainda as comunicações das entidades promotoras do projeto. Revela-se, do ponto de vista económico, que, segundo a empresa, irão ser criados 135 postos de trabalho diretos durante cinco anos (se a exploração se concretizar tal como está previsto e anunciado) bem como a dinâmica económica resultante deste tipo de projeto. Dos benefícios económicos a recolher pelo Estado, sobretudo de natureza fiscal e “royalties”, não há qualquer garantia de que sejam aplicados localmente ou até na Região. Estão por contabilizar os postos de trabalho destruídos, na agricultura, na silvo pastorícia e até no turismo, estes sim, de carácter permanente. Sabe-se que implicará um brutal impacto ambiental numa zona muito sensível e classificada como Rede Natura 2000, de grande importância para a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentado do concelho e da região, impacto esse que perdurará, no mínimo, décadas para além do fim da exploração.

Refira-se que o grande número de condições e cautelas expressas na Declaração de Impacte Ambiental (DIA), algumas a ser cumpridas apenas na fase de exploração, revelam bem a insegurança da própria autoridade da Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) sobre os impactos ambientais inerentes à exploração.

Assim se entende a lista de nove condicionantes, cento e duas medidas mitigadoras e a exigência de apresentação dos seguintes planos: Plano Ambiental de Recuperação Paisagística; Plano de Monitorização de Recursos Hídricos; Plano de Monitorização dos Valores Ecológicos; Plano de Monitorização do Ambiente Sonoro; Plano de Gestão Ambiental da Obra; Estudo sobre a Caracterização da Qualidade do Solo; Plano de Acessos Internos e Externos; Estudo sobre a Qualidade da Água Acumulado nas Cortas e Estudos Hidrogeológicos para Controlo dos Aspetos Hidrogeomineiros.

Tais exigências de Estudos e Planos são reveladores das preocupações quanto aos riscos ambientais e as respetivas soluções. É de lembrar que os benefícios inerentes à instalação da exploração são limitados no tempo, enquanto as perdas para o território são duradouras e permanentes.”

Acrescentou ainda que está muito pouco fundamentada a relação de custo/benefício. Pelos dados que se conhecem, na sua opinião, essa relação é negativa. Os eleitos

consideram prematuro, nesta fase, que se dê luz verde ao projeto. Informou ainda que no dia de hoje, a Assembleia Municipal de Évora irá pronunciar-se sobre o projeto.

Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito propõe que a Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo delibere sobre esta questão, pelos munícipes do nosso concelho.

Retomando o uso da palavra, a Sra. Presidente perguntou se acerca desta questão havia pedidos de intervenção.

Pediu para intervir o eleito Sr. José Grulha afirmando concordar com a moção, concretamente no que respeita ao seu último parágrafo, propondo também o agendamento da discussão do tema em próxima sessão da Assembleia Municipal com a presença de representantes das entidades envolvidas e com conhecimento da matéria. Tem de momento muitas dúvidas sobre os prós e contras, tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista social e económico. Finalizou a sua intervenção afirmando que votará favoravelmente o documento em análise.

Interveio de seguida o eleito Sr. Alexandre Pirata considerando ser bastante oportuna a apresentação desta moção, porque ao serem conhecidos cada vez mais dados, do ponto de vista ambiental, a zona prevista de intervenção (Centro da zona de Monfurado), será muito afetada em termos da sua flora, fauna, microclima, etc, em toda a sua extensão. Ainda que se respeitem as medidas consideradas no Estudo de Impacto Ambiental para minimizar esse impacto, ele acontecerá inevitavelmente.

A finalizar a sua intervenção referiu que os prós e contras dos impactos negativos serão superiores aos positivos. Nada nos garante que iniciada a exploração a empresa não decida abandonar os trabalhos, como já aconteceu noutros casos conhecidos, por motivo de falência, deixando aquela zona degradada para sempre. Por tudo o que referiu, votará favoravelmente a moção.

Ainda sobre o tema em debate, pediu para usar da palavra o eleito Sr. Guilherme Franco para dizer que também concorda com o último parágrafo da moção, sendo oportuno a marcação de uma sessão da Assembleia para análise do assunto. Será importante ter conhecimento dos Estudos de Impacto Ambiental, já realizados, assim como as responsabilidades da empresa exploradora, para uma melhor discussão.

De seguida, pediu a palavra o eleito Sr. António Fitas, manifestando a sua concordância com o agendamento de uma reunião de Assembleia Municipal, tão breve quanto possível, pois da sua análise das medidas referidas nos Estudos de Impacto Ambiental considera que algumas muito dificilmente serão cumpridas, pela empresa. Trata-se de uma exploração de ouro com recurso a processos químicos para a sua extração, com minas a céu aberto. Era importante que nessa sessão estivessem presentes, caso isso seja possível, técnicos da área que possam fornecer mais alguns elementos, no sentido de ajudar a tomar uma posição.

Pediu a palavra de seguida o eleito Sr. António Coelho, o qual afirmou ter conhecimento, através de um amigo que é técnico nestas áreas, do caso de uma escombreira onde se encontram os materiais retirados mas que não têm interesse económico, e que presentemente se encontra abandonada. Segundo o eleito, esta escombreira apenas conduziu à destruição dos terrenos.

Ainda sobre o assunto em debate pediu a palavra o eleito Sr. Duarte Luz, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, para informar que decorreu no dia de ontem uma reunião da Assembleia de Freguesia de Santiago do Escoural na qual foi aprovada por unanimidade uma proposta de agendamento de uma sessão de

esclarecimento à população de Santiago do Escoural, tendo sido ainda decidido endereçar um convite às várias entidades com conhecimento do processo, para participar na referida sessão.

Mais informou que já decorreu uma sessão com a população em que participaram elementos da empresa concessionária da exploração.

Retomou o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal para dizer que de acordo com as várias intervenções este assunto terá necessariamente que ser agendado para uma próxima reunião de Assembleia Municipal, no entanto conclui haver ainda muitas dúvidas sobre o tema. Assim, propõe que antes dessa discussão seja feita uma audição pública ou reunião de esclarecimento, na qual poderiam participar entidades diretamente envolvidas no processo, eleitos locais e população.

Seguidamente pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho afirmando que uma vez que já decorreram audições realizadas pela Câmara e Assembleia Municipal de Évora, poderiam eventualmente facultar a documentação apresentada. Propõe ainda o mesmo eleito que sejam convidados a participar e intervir para além de representantes da empresa, também representantes de entidades de cariz económico e ambiental. Sugeriu que a sessão da Assembleia pudesse ser realizada na Freguesia de Santiago do Escoural. Referiu ainda que, na sua opinião, a empresa poderá apenas estar a querer que lhe seja atribuída a concessão para logo de seguida negociar o fim da mesma. É necessário que se tomem decisões muito rapidamente.

Interveio seguidamente, o eleito Sr. José Grulha afirmando que todos os eleitos da CDU subscrevem a moção apresentada.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção, a qual foi aprovada por unanimidade.

Ainda no período antes da ordem do dia, interveio o eleito Sr. Telmo Caldeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão, dando conhecimento do ponto de situação de funcionamento do Posto Médico da referida freguesia, sendo que atualmente apenas estão a ser efetuadas consultas uma vez por semana, de quinze em quinze dias, contrariamente aos dois dias por semana, antes estipulados. Ao dirigirem-se ao Posto Médico os habitantes da freguesia são informados que devem dirigir-se ao centro de Saúde de Montemor-o-Novo a fim de serem consultados.

Ao tomar conhecimento desta situação, a Junta de Freguesia informou de imediato a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Comissão de Utentes dos Serviços Públicos de Montemor-o-Novo. Informou ainda que a Junta de Freguesia de S. Cristóvão contactou a Junta de Freguesia de Cabrela, uma vez que tanto a funcionária administrativa como a médica são as mesmas, tendo sido informado que a situação é idêntica àquela que está a ocorrer em Cabrela. No dia de ontem, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão e o Secretário da Junta de Freguesia de Cabrela, Sr. Joaquim Bastos, tiveram uma reunião com a Sra. Diretora do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo, a qual confirmou a pretensão de encerrar alguns Postos Médicos. Trata-se de mais um ataque deste governo contra os serviços públicos, privando as pessoas com mais dificuldades, de serviços públicos aos quais têm direito.

Informou ainda que, nesse mesmo dia a Junta de Freguesia de S. Cristóvão pediu por escrito o agendamento de uma reunião com a Administração Regional de Saúde do Alentejo, pelo que aguarda a resposta a esse pedido.

169 que Sofia

1 Saúde esta informou que quando a funcionária administrativa recuperar totalmente do
2 acidente de trabalho que sofreu, ambas as situações poderão voltar ao seu normal
3 funcionamento, mas sem quaisquer garantias futuras.
4 Para falar sobre o mesmo assunto, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Bastos,
5 afirmando que esta situação teve início devido ao acidente de trabalho da funcionária
6 administrativa, sendo que houve por parte do Centro de Saúde uma tentativa da sua
7 substituição, o que no entanto ainda não terá sido possível.
8 Referiu ainda o mesmo eleito que esteve também na referida reunião com a Sra.
9 Diretora do Centro de Saúde, a qual terá afirmado que a intenção do governo será
10 encerrar os Postos Médicos existentes. Relembrou ainda que a freguesia de Cabrela
11 está à distância de vinte quilómetros (40km nas duas viagens) da sede de concelho, o
12 que para as pessoas de mais idade se torna muito complicado.
13 De seguida afirmou que terá sido anunciado em setembro de 2011 o início da
14 construção do maior Centro de Saúde do distrito e que o mesmo iria estar concluído
15 em 2013. No entanto, apesar de estarmos em setembro de 2014 e aparentemente a
16 obra estar concluída, continua por inaugurar. Questionou a Câmara Municipal se tem
17 conhecimento para quando estará prevista a transferência dos serviços do Centro de
18 Saúde e se englobam todas as valências prometidas, nomeadamente Unidades de
19 Saúde Familiar, Unidade de Cuidados na Comunidade, Unidade Operativa de Saúde
20 Pública e de Apoio Geral e Administrativo.
21 Voltou a usar da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal questionando os
22 eleitos se havia mais pedidos de intervenção acerca desta questão em concreto.
23 Interveio de seguida a Sra. Presidente da Câmara Municipal para informar que a
24 Câmara Municipal também está preocupada com a situação apresentada pelo Sr.
25 Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão, pelo que ao tomar conhecimento
26 solicitou de imediato esclarecimentos ao Centro de Saúde e à Administração Regional
27 de Saúde do Alentejo. Referiu-se ainda às várias tentativas de encerramento de Postos
28 Médicos nas freguesias rurais no concelho e o que tem sido a mobilização das
29 populações, em defesa destes serviços públicos, que têm impedido a sua
30 concretização. No que respeita à questão colocada acerca do novo Centro de Saúde,
31 afirmou que no mês de Junho do corrente ano em visita às referidas instalações,
32 verificou que as mesmas estão praticamente concluídas, sendo informada que apenas
33 se aguardavam as certificações obrigatórias no final da conclusão da obra. Em data
34 posterior a essa visita, foi colocada por escrito, pela Câmara, à ARS Alentejo, para
35 quando a sua abertura e quais os serviços que iriam ser integrados, pelo que aguarda
36 até ao momento essas informações.
37 Retomando o uso da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que
38 em nome da mesa, a Assembleia irá pedir esclarecimentos sobre o que se prevê para
39 estes Postos Médicos.
40 Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra o eleito Sr. Pedro Bento para
41 falar sobre o abastecimento de água à freguesia do Ciborro. Informou que no passado
42 mês de Agosto, houve interrupção do abastecimento em dez dias distintos. Salientou
43 que é uma situação preocupante pois acarreta outros problemas, nomeadamente o
44 pagamento de consumos de água, que efetivamente não é consumida e de
45 eletrodomésticos danificados, entre outros.

Moque Sofu

pagamento de consumos de água, que efetivamente não é consumida e de eletrodomésticos danificados, entre outros.

Questionou de seguida a Sra. Presidente da Câmara se após estas interrupções e respetivos restabelecimentos, a Câmara dá garantia da potabilidade da água para consumo. Apenas tem conhecimento da existência de Editais, afixados na Junta de Freguesia para consulta, que se referem a resultados de análises do plano de controlo de qualidade, as quais estão devidamente calendarizadas.

Em resposta, a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que foi enviada uma comunicação à Sra. Presidente da Junta de Freguesia e que posteriormente recebeu uma senhora moradora na freguesia que se deslocou à Câmara para falar sobre esta questão, acompanhada da Sra. Presidente da Junta de Freguesia.

Referiu que a informação que possui dos serviços técnicos, é que estão a ser cumpridos os parâmetros legais, naquela freguesia.

Pedi de novo a palavra o eleito Sr. Pedro Bento referindo que como consumidor, se sente bastante preocupado com toda esta situação, pois considera que a Câmara tem que garantir se a água estará potável ou não. Tratando-se de serviço público imprescindível, na sua opinião, a Câmara não está a agir corretamente.

Voltando a usar da palavra a Sra. Presidente da Câmara afirmou que toda esta situação tem um carácter excecional, para a qual já estão a ser tomadas medidas.

Ainda sobre o assunto em análise, interveio de seguida a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Sra. Helena Sabino para confirmar que ocorreram trocas de informação com os serviços da Câmara e que têm feito todos os esforços no sentido de minimizar o problema. Disse ainda que muitos fregueses a questionam sobre a potabilidade da água, para além de que os Editais afixados na Junta de Freguesia são referentes a períodos anteriores a estas roturas.

Relativamente ao mesmo assunto, pediu a palavra o eleito Sr. Carlos Zorrinho para dizer que, na sua opinião, uma vez que se tratam de situações excecionais será necessária a tomada de medidas também excecionais. Assim, sugere que a Câmara após cada interrupção e antes da sua reposição do abastecimento possa realizar uma análise dessa água. Para além de tranquilizar as populações, permite ainda informar a Junta de Freguesia.

Interveio de novo o eleito Sr. Pedro Bento para afirmar que o que está em causa é realização de análises complementares, naqueles períodos específicos.

De seguida pediu a palavra o eleito Sr. Paulo Arrifes para perguntar à Câmara Municipal se tem alguma informação sobre qual a reestruturação que irá ocorrer no Hospital de S. João de Deus.

Em resposta à questão colocada, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, informou que pediu uma reunião com a Ordem Hospitaleira no início do mês de Junho, tendo sido informada de alterações a nível da Direção do Hospital e que estava a ser avaliada a possibilidade de uma reestruturação interna. Posteriormente, ao tomar conhecimento através de trabalhadores da instituição, da possibilidade de despedimentos, a Câmara Municipal solicitou o agendamento de uma outra reunião com a Direção, a qual teve lugar há cerca de duas semanas, onde foi confirmada a intenção de avançar com a reestruturação, que incluirá uma redução da prestação de serviços e do número de funcionários.

A Câmara Municipal manifestou desde logo a sua preocupação, não só pela redução do número de trabalhadores, mas também da redução da prestação de serviços à população do concelho. Por parte da Câmara foi manifestada a disponibilidade para fazer parte de uma plataforma de entendimento, que o Hospital pudesse também dinamizar e que fossem também realizados contactos com a ARS Alentejo, no sentido de poder articular os serviços prestados pelo Hospital e os serviços prestados pela ARS. Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos para falar sobre a Feira da Luz deste ano, a qual, na sua opinião, não estava tão bem organizada, como em anos anteriores. Salientou como exemplo, que os módulos de alguns Partidos Políticos estavam lado a lado com outros de outras atividades económicas (queijos ou bolos). Considera que foram tratados com pouca dignidade institucional.

Ainda no uso da palavra a mesma eleita, questionou a Câmara Municipal para quando se prevê a abertura do novo Centro Escolar.

Em resposta às questões referidas, a Sra. Presidente da Câmara informou que ficam registadas as opiniões da eleita sobre a edição da Feira da Luz. No que respeita à obra do Centro Escolar disse que tem sido uma obra complexa, mas que neste momento se encaminha para o seu *términus*, previsivelmente no mês de Novembro. Estão a decorrer neste momento um conjunto de trabalhos no interior das instalações, assim como decorrem ainda trabalhos no exterior.

Pediu de novo a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos perguntando sobre qual o número de meses de atraso na referida obra.

Para responder a esta questão, pediu a palavra o Sr. Vereador João Marques, uma vez que acompanha o processo da obra, desde o seu início. Referiu que o mesmo tem sofrido diversas alterações, o que consequentemente veio atrasar a sua conclusão. A obra tem neste momento um atraso de aproximadamente quinze meses, relativamente à data de conclusão prevista inicialmente.

Informou ainda que, no que respeita à reformulação do projeto de segurança contra incêndios em edifícios, teve um atraso de doze meses. Foi ainda necessário, face à alteração da legislação, introduzir uma alteração ao projeto das componentes de desenfumagem previstas para o edifício, no entanto a empresa projetista entrou em insolvência, não dando resposta no prazo estipulado.

A Câmara Municipal teve que fazer novo ajuste para ser feita a reformulação do projeto. Após esta reformulação são necessárias ainda diversas certificações, pelo que todos estes procedimentos decorreram em doze meses. Também a nível da empresa tem havido atrasos, mas neste momento e face à última reprogramação estão a ser cumpridos os prazos.

De seguida, pediu para intervir o eleito Sr. António Xavier para questionar a Câmara Municipal sobre a falta de um sinal de trânsito no entroncamento junto às instalações da Santa Casa da Misericórdia, pois na sua opinião, facilitaria o trânsito naquele local.

Perguntou ainda o mesmo eleito sobre a hipótese das sessões da Assembleia Municipal serem transmitidas em direto, no site da Câmara ou na página do facebook. Ainda no uso da palavra perguntou sobre quais os desenvolvimentos ocorridos relativamente à proposta para a criação do Conselho Municipal da Juventude.

Pediu a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmando que relativamente à questão colocada sobre sinalização, a questão já foi avaliada pelos serviços técnicos, os

26/09/2014

quais emitiram um parecer que refere não ser necessária a colocação de sinalização adicional. A situação está a ser reavaliada, uma vez que vários municípios continuam a fazer chegar à Câmara Municipal essa preocupação. Informou ainda que foi dada indicação aos serviços de Juventude para emissão de uma proposta, para posterior deliberação e criação do Conselho Municipal da Juventude.

Relativamente à questão colocada sobre a transmissão das sessões, a Sra. Presidente da Assembleia informou que essa decisão será tomada pela mesa, pelo que está ainda a ser avaliada. Disse ainda que a CIMAC criou uma plataforma relacionada com o funcionamento das Assembleias Municipais que poderá ser a resposta a esta questão, para além de permitir também o envio da documentação de uma forma mais simplificada. Foi estabelecido um contacto com a CIMAC para que nesta sessão já existissem informações mais concretas sobre o seu funcionamento, no entanto foi dada a informação que não está ainda disponível.

De seguida, deu a palavra ao eleito Sr. Duarte Luz, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, para fazer uma evocação, a qual se transcreve de seguida:

“Pretendemos evocar, na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, os 35 anos da morte de José Geraldo (Caravela) e António Maria Casquinha, ambos escouralenses e trabalhadores da UCP Salvador Joaquim do Pomar de Santiago do Escoural. Foram assassinados a tiro, a 27 de Setembro de 1979 quando ajudavam os trabalhadores da UCP Bento Gonçalves a resistir ao roubo de uma manada de bovinos, numa entrega de “reserva” realizada, com o apoio da GNR.

A terra, o trabalho da terra, a luta por melhores condições de vida para os trabalhadores agrícolas, pelo horário das 8 horas, pela reforma agrária, a sua construção e a sua defesa, são parte fundamental da história da vida no concelho de Montemor.

A Reforma Agrária mudou a vida do concelho: houve produção, trabalho com direitos, desenvolvimento;

Caravela e Casquinha pagaram com a vida o seu empenho na luta em defesa da Reforma Agrária. A sua morte é um dos episódios negros da nossa história;

Apesar de todos os esforços feitos nesse sentido, incluindo em posições tomadas na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo ao longo de anos, os assassinos de Caravela e Casquinha nunca foram condenados, ou sequer acusados.

Para que a memória não se perca, evocamos hoje aqui a memória destes dois escouralenses, mortos na defesa de uma das conquistas de Abril, a Reforma Agrária”

Acrescentou ainda que a invocação pretende lembrar os trinta e cinco anos passados sobre a morte de Casquinha e Caravela.

Interveio de seguida a eleita Sra. Paula Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela para dar conhecimento que em reunião de executivo realizada no dia de ontem, foi decidido enviar pedidos de esclarecimento, sobre a situação do Posto Médico.

Encerrado o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia informou que irá passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1º. Ponto – Proposta de recrutamento /Decisão de abertura de Procedimento Concursal a tempo determinado / 1 Assistente Operacional (Desporto)

Acerca do primeiro ponto da ordem de trabalhos a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que se trata do recrutamento para um lugar de Nadador Salvador

Abg. Sofia

que assegurará o funcionamento das Piscinas Municipais, devido à saída de um trabalhador que desempenhava estas funções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2º. Ponto – Procedimento Concursal / Técnico Superior (Educador de Infância) – Prorrogação de prazo

Pedi a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos referindo que todas as propostas em análise sobre recrutamentos de pessoal, não são devidamente fundamentadas e não são apresentadas razões concretas.

E não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor dos eleitos da CDU, PS e CDS e uma abstenção da eleita pelo PSD.

3º. Ponto – Procedimento Concursal / 1 Assistente Operacional / Coveiro – Prorrogação de prazo

Não havendo nenhuma questão sobre o referido ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada.

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor dos eleitos da CDU, PS e CDS e uma abstenção da eleita pelo PSD.

4º. Ponto – Procedimento Concursal / 4 Assistentes Operacionais / Motoristas – Prorrogação de prazo

Dado não haver pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação esta alínea.

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor dos eleitos da CDU, PS e CDS e uma abstenção da eleita pelo PSD.

5º. Ponto – Propostas de Acordos de Execução a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho

Como introdução, a Sra. Presidente da Câmara Municipal afirmou que a entrada em vigor da Lei setenta e cinco de dois mil e treze de doze de setembro implicou um conjunto de alterações a nível de atribuições e competências, quer para as Juntas de Freguesia quer para as Câmaras Municipais. A lei previa um processo de negociação dessas transferências, nomeadamente em termos dos meios descentralizados. Da interpretação feita, a Câmara considera que a descentralização de competências é positiva, e para que se possa concretizar foram criados três mecanismos, em conformidade com a lei. Esses mecanismos são: os Acordos de Execução (previstos no artigo cento e trinta e três da referida lei), os Contratos Interadministrativos de delegação de Competências e os Protocolos de Colaboração (onde se enquadram outras competências ou apoios que não se integram nos mecanismos anteriores).

Todo este processo levou a uma identificação rigorosa em cada freguesia, de quais os bens, equipamentos e áreas, que são propriedade do Município, sobre os quais vão incidir as referidas delegações de competências. Informou ainda que, todo o processo foi concluído recentemente, sendo que há uma redução da totalidade das verbas transferidas, no que respeita aos Contratos Interadministrativos e aos Acordos de

Naquele Sofá

Execução. Por outro lado, existe um acréscimo no valor das transferências respeitantes a transportes escolares e refeições escolares.

Finalizou a sua intervenção dizendo que é intenção do Município manter as delegações de competências, apesar dos constrangimentos do Orçamento Municipal.

Acerca deste ponto da ordem de trabalhos, pediu a palavra a eleita, Sra. Helena Sabino, Presidente da Junta de Freguesia do Ciborro congratulando a Câmara Municipal pela decisão de manter a descentralização de competências, pois são as freguesias que melhor respondem aos problemas das suas populações. Após decorrer um período de conversações com a Câmara, chegaram a acordo sobre os valores a transferir.

Pediu para intervir, logo após, a eleita Sra. Paula Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela afirmando também que os valores finais das transferências, após as negociações e comparativamente à proposta inicial do Município, foram bastante mais altos. Ainda assim, a Junta de Freguesia considera que os valores das transferências continuam a não ser os necessários para dar resposta às competências a que se destinam. Acrescentou ainda que ao analisar a documentação recebida sobre este ponto, verificou que em Cabrela não foram feitos investimentos como em outras freguesias do concelho.

Para falar sobre o mesmo ponto da ordem de trabalhos a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Sr. António Danado, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, o qual considera que uma das questões cruciais de todo este processo é o facto de o Município ter realizado negociações, conforme diz a Lei setenta e cinco de dois mil e treze. Os valores estipulados para as delegações de competências não foram atribuídos por imposição. Acrescentou ainda, que as Juntas de Freguesia vão ter que dizer não a alguns compromissos assumidos, no que respeita aos apoios dados ao movimento associativo.

Pediu de novo a palavra a eleita Sra. Paula Martins, afirmando que cada freguesia tem as suas especificidades, não se pode deixar de apoiar o que ainda existe nas freguesias. Da informação recebida pode-se verificar que as freguesias de Cabrela e Lavre, apesar de serem as mais antigas, são as que menos vão receber, disse ainda a mesma eleita. Sobre o assunto em debate, pediu a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão, afirmando que os senhores Presidentes de Junta não deveriam ficar satisfeitos com os valores atribuídos e exigir mais perante a Câmara Municipal pois desempenham um papel preponderante em prol das suas populações.

São conhecidos alguns dos subsídios atribuídos a associações do concelho, como o GUS, as Oficinas do Convento, etc, de valores elevadíssimos.

Interveio de novo o eleito Sr. António Danado para dizer que as negociações decorreram, uma vez que a lei setenta e cinco de dois mil e treze assim o obriga. Referiu que existem muitas Câmaras que decidiram não fazer este tipo de Acordos com as Juntas de Freguesia. Informou ainda que a ANAFRE solicitou, no início deste processo, o agendamento de uma reunião com a ANMP para definir critérios nacionais sobre esta matéria e sobre o qual ainda não obteve resposta. Todas as Câmaras que estão sob o regime do PAEL têm bastantes dificuldades em estabelecer estes Acordos ou Contratos. Relativamente aos apoios concedidos ao movimento associativo

relembrou que foi aprovado na Assembleia Municipal o respetivo regulamento, e para além disso são discutidos em reunião de Câmara todas as propostas de apoio.

De seguida pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando concordar com a proposta de agendamento de uma sessão para debater os apoios ao movimento associativo e que seja facultada uma listagem dos subsídios atribuídos.

Sobre o assunto em debate, pediu de novo a palavra o eleito Sr. Joaquim Galvão para solicitar também informação sobre quais os subsídios atribuídos, quais os projetos para cada associação e quais os benefícios que trouxeram às populações. Todas estas questões poderiam ser tratadas numa sessão de Assembleia, disse ainda o mesmo eleito.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Sr. Joaquim Bastos, o qual referiu que ao longo dos mandatos em que foi Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela sempre questionou a Câmara sobre quais os critérios da atribuição de verbas nos anteriores Protocolos de Descentralização de Competências, o que nunca lhe foi explicado. No que respeita aos Acordos e Contratos em análise, considera que a freguesia continua ser prejudicada.

Pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier para solicitar que fossem ainda apresentados os critérios de atribuição e quais as associações.

A Sra. Presidente da Assembleia deu a palavra de seguida à Sra. Presidente da Câmara a qual afirmou que não é possível comparar estes Acordos agora negociados com os Protocolos anteriormente assinados. A Câmara tentou que os valores propostos a cada uma das freguesias tivessem em conta a sua realidade local, daí a negociação ter sido feita freguesia a freguesia.

Dado não haver mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação cada uma das alíneas.

5.1 – Junta de Freguesia de Santiago do Escoural

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

5.2 – Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

5.3 – Junta de Freguesia de S. Cristóvão

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

5.4 – Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

5.5 – Junta de Freguesia de Ciborro

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

5.6 – Junta de Freguesia da União de Freguesias de N.ª Sra. da Vila, N.ª Sra. do Bispo e Silveiras

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

5.7 – Junta de Freguesia de Cabrela

1/09 ue Sofo

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e cinco abstenções de eleitos do PS.

Após terminar a votação desta alínea, ausentou-se da sessão a eleita Sra. Silvia Soares.
6º. Ponto – Propostas de Contratos Interadministrativo a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho

Dado não haver pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a votação cada uma das alíneas.

6.1 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

6.2 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

6.3 - Junta de Freguesia de Santiago do Escoural

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

6.4 - Junta de Freguesia de Ciborro

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

6.5 – Junta de Freguesia de S. Cristóvão

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

6.6 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e duas abstenções de eleitos do PS.

6.7 – Junta de Freguesia de Cabrela

Deliberação: Aprovado por maioria com vinte e um votos favoráveis dos eleitos da CDU, PS, PSD e CDS e quatro abstenções de eleitos do PS.

7º. Ponto – Propostas de Protocolos de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho

7.1 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nª. Sra. da Vila, Nª. Sra. do Bispo e Silveiras – Transportes Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.2 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Transportes Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.3 - Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Transportes Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.4 - Junta de Freguesia de Santiago do Escoural – Transportes Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.5 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Transportes Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.6 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre – Refeitório Escolar

1/09 ue Sofia

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.7 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Refeitório Escolar

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.8 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de N^a. Sra. da Vila, N^a. Sra. do Bispo e Silveiras – Refeitório Escolar

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.9 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de N^a. Sra. da Vila, N^a. Sra. do Bispo e Silveiras – Lanches Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.10 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira – Funcionamento de Jardim de Infância e Refeitório Escolar/Agosto de 2013 a Maio de 2014

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.11 - Junta de Freguesia de Foros de Vale de Figueira - Funcionamento de Jardim de Infância e Refeitório Escolar/a partir de Outubro de 2014

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

7.12 - Junta de Freguesia de S. Cristóvão – Lanches Escolares

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

8º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago do Escoural/Feira Franca

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

9º. Ponto – Alteração à Organização de Serviços Municipais/Proposta de Estrutura Orgânica e do Número máximo de Unidades Flexíveis

Sobre este ponto a Sra. Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara tem em curso uma proposta de alteração à Organização dos Serviços Municipais e de acordo com a lei compete à Assembleia Municipal aprovar o modelo da estrutura orgânica e o número máximo de Unidades Orgânicas possíveis, face às limitações da legislação.

Pedi a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos para questionar a Câmara Municipal se comparativamente ao anterior modelo de organização, esta proposta apresenta maior ou menor número de chefias.

Em resposta a Sra. Presidente da Câmara Municipal salientou que esta proposta de alteração foi definida a partir da lei 49/2012, a qual prevê a redução do número de dirigentes. Na proposta agora apresentada é mencionado o decréscimo de nove para cinco dirigentes.

Dado não haver mais pedidos de intervenção a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta.

Deliberação: Aprovado por maioria com dezasseis votos a favor dos eleitos na CDU e PSD e nove abstenções do PS e CDS.

10º - Relatório sobre a situação económica e financeira relativa ao 1º. Semestre de 2014/Município de Montemor-o-Novo

Sobre este ponto, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que decorre da lei a apresentação deste relatório aos eleitos na Assembleia Municipal, para conhecimento.

Para falar sobre esta matéria, pediu para intervir a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que o documento está bastante claro. Na sua opinião as contas do Município podem considerar-se genericamente saudáveis, no entanto alerta para o facto do Município estar bastante dependente das transferências vindas do Orçamento de Estado, devido à falta de receita própria. Considera que a Câmara terá que desenvolver uma política mais atrativa para o investimento e para empresas.

11º - Informação da Atividade da Câmara Municipal

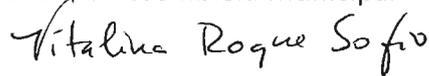
Neste ponto, pediu a palavra o eleito Sr. António Danado, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras para convidar todos os presentes a visitar a Feira do Mel, que a Junta de Freguesia irá realizar em parceria com o Município e a Montemormel, no próximo Sábado, este ano com atividades a decorrer durante todo o dia.

De seguida, a Sra. Presidente questionou o público presente se desejava intervir, mas não houve nenhum pedido.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente da Assembleia encerrada a reunião eram vinte e três horas e trinta minutos, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Profª. Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica

Helena Bazilisa Rodrigues